

«O mundo está cheio de silêncios cúmplices»:

O cronista Lourenço Diaféria e o movimento da não-violência-ativa

«The world is full of complicit silences»:

The journalistic chronicle writer Lourenço Diaféria and the Active Non-Violent Movement

KELLY YSHIDA¹

Resumo: Lourenço Diaféria foi um reconhecido cronista de São Paulo nos anos da ditadura militar brasileira. Participou do Secretariado Nacional Justiça e Não-Violência, grupo que reunia representantes de trabalhadores(as) e da esquerda católica, que tinha como método a não-violência-ativa. Se em seus textos já eram recorrentes a crítica social e a presença de pessoas comuns, de forma mais humanizada do que nas notícias, a partir da inserção no grupo, suas inquietações e a atenção aos direitos humanos ganharam ênfase no conteúdo e no papel da literatura que elaborava. Dessa forma, partindo da compreensão de que autor e literatura estão vinculados à realidade, sendo modificados e agindo sobre a sociedade, abordamos neste artigo a atuação e as intersecções de Diaféria como cronista de jornal e participante do movimento da não-violência-ativa.

Palavras-chaves: Crônica jornalística; Movimento da não-violência-ativa; Ditadura militar brasileira; Esquerda católica.

Abstract: Lourenço Diaféria was an author of journalistic chronicles from São Paulo during the Brazilian military dictatorship. He participated in the National Secretariat for Justice and Non-Violence, a group that brought together workers and the Catholic left, whose method was active non-violence. Social inequality and the presence of ordinary people were recurrent in his writings, in a more humanized way than in the news. But after joining the group, his concerns and attention to Human Rights have increased. Thus, based on the understanding that author and literature are linked to reality, being modified and acting on society, this article presents Diaféria's intersections as a newspaper chronicle writer and participant in the Active Non-Violent Movement.

Keywords: Journalistic chronicle; Active Non-Violent Movement; Brazilian military dictatorship; Catholic left.

¹ Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil. ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0003-4348-9654>.

Durante os anos da ditadura militar brasileira, iniciada com o golpe de Estado em 1964, a oposição se organizou em diversas frentes. Ela estava na política partidária, em ações culturais, organizações estudantis, sindicatos, e buscava diferentes estratégias para alcançar um objetivo comum: o fim da ditadura. Grupos se uniram a partir dos valores e acessos que compartilhavam, definidos por classe social, localização geográfica, crença e modos de ação. Um deles era o Secretariado Nacional Justiça e Não-Violência, que propagava o princípio da não-violência-ativa, com alcance principalmente entre a esquerda católica² e os(as) trabalhadores(as) urbanos(as).

Entre os(as) participantes figurava o cronista Lourenço Diaféria, que nos anos da ditadura atuou no jornal *Folha de S. Paulo*.³ As demandas do Secretariado iam ao encontro das preocupações do escritor comumente expostas em seus textos, como direitos humanos, críticas socioeconômicas, o papel da literatura que produzia e que implicava na sua própria atuação social. Com isso, eram recorrentes em suas crônicas as experiências de pessoas em situações de injustiça e desigualdade, retratadas de modo mais humanizado do que nas notícias regulares do jornal.

Lourenço Carlos Diaféria (1933-2008) nasceu em São Paulo e cresceu no bairro do Brás. Trata-se de uma característica importante, pois o cotidiano do bairro operário paulistano foi central na forma como via a si e em como compreendia a realidade. Mais do que ambientação para sua narrativa, o crescente processo de urbanização e a vida dos(das) trabalhadores(as) e imigrantes foram fundamentais em sua formação política e literária. Sobre isso, explicou aos(as) leitores(as):

Da minha convivência com máquinas velozes e operários de manoplas ficou-me esta espécie de solidariedade trabalhista, que gosto de colocar no meu *curriculum*. Mas não se enganem a meu respeito. Apesar de me vestir às vezes com cara de um sujeito sofrido, nunca fui um deles. Escapei de ser operário – e acho que ninguém pode queixar-se disso num mundo como o nosso. [...] Quanto ao temperamento, sou um saudosista do amanhã. Um tímido disfarçado. Um revolucionário que se sente mal carregando faixas em passeatas. Gosto, porém, de ficar ao lado – e até à frente – daqueles que tentam modificar o mundo com gestos pequenos e despercebidos. (Diaféria, 1990: 8-9)

De sua vivência no Brás partiram reflexões que contribuíram para mostrar parte da «multidão de mudos e silenciados» que não al-

² Como demonstra a pesquisa de Motta (2010: 42-3), a Igreja Católica teve centralidade no combate ao comunismo no século XX. Esse movimento também ocorreu no Brasil, mas nos anos 1960 surgiu uma vertente católica de esquerda no país. O grupo abordado neste artigo é entendido como parte deste movimento, dialogando com a Teologia da Libertação, corrente católica com inspiração marxista.

³ Lourenço Diaféria também era concursado no serviço público como Agente Fiscal de Rendas de São Paulo (Arquivo Nacional, 1977).

cançavam as manchetes dos jornais (Diaféria, 1990: 10). Eram frequentes em suas crônicas personagens que tinham nomes de pessoas reais, que apareciam nos noticiários ou eram publicamente conhecidas; outros(as) representavam figuras que remetiam a estereótipos da população urbana. Esse foi o caso de Dona Maria do Rosário, pernambucana que migrou para São Paulo em busca de melhores condições de vida, cujo filho — ainda uma criança — foi assassinado por um policial dentro do próprio «barraco» (Diaféria, 1974a: 41); e Zé da Bóia, ironicamente condecorado «campeão mundial brasileiro de iatismo fluvial», diante da necessidade de enfrentar as enchentes na cidade (Diaféria, 1976: 25).

Diaféria foi apresentado por Jorge de Sá (1987: 39) como um cronista com a especificidade de reunir informações tal qual um «repórter com pleno domínio da reportagem», dando especial atenção aos acontecimentos. E se, por um lado, a crônica pode ser considerada uma literatura de menor prestígio, pela efemeridade, financiamento e parcialidade (Dimas, 1974), por outro, ela permite maior interlocução e proximidade entre escritor e público. Isso contribuiu para que sua coluna se tornasse espaço de reflexão no jornal, o que pode ser visto nos diálogos com leitores(as) (cf. Yshida, 2015).

Além das crônicas para jornais, Diaféria escreveu os livros *Um gato na Terra do Tamborim* (1976); *Berra, coração* (1977); *Circo dos cavalões* (1978); *A morte sem colete* (1983); *Empinador*

de estrelas (1984); *A longa busca da comodidade* (1988); *O invisível cavalo voador* (1990); *Coração corintiano: Grandes clubes do futebol brasileiro e seus maiores ídolos* (1992); *Papéis íntimos de um ex-boy assumido* (1994); *A caminhada da esperança* (1996); *O imitador de gato* (2001) e *Brás: Sotaques e desmemórias* (2002). Contudo, consolidou-se como cronista na *Folha de S. Paulo*, onde publicou majoritariamente entre as décadas de 1960 e 1980. Tratava-se de um periódico de grande alcance e influência no Brasil, tanto no espraiamento de informações quanto na formação de opiniões.

Com relevância anterior ao período militar, a história do jornal remete à própria modernização dos meios de comunicação. Como se sabe, a imprensa não é neutra, e na década de 1960, a *Folha* foi uma das empresas entusiastas da intervenção militar que culminou na ditadura. Na segunda metade da década de 1970, diante do descontentamento com os militares e do debate sobre a distensão política, o jornal passou a ter uma postura mais crítica em relação ao governo (cf. Capelato e Mota, 1981). Nesse contexto, em 1977, Lourenço Diaféria foi acusado de ofensa às Forças Armadas, por conta da crônica *Herói.Morto.Nós*. No texto, entre outras ironias, o cronista afirmou que «o povo urina nos heróis de pedestal», aludindo à estátua do Duque de Caxias, patrono do exército brasileiro.

Após a prisão de Diaféria, a *Folha* publicou um espaço em branco no lugar de sua coluna, o

que foi um dos principais atos de oposição daquele jornal à ditadura. O processo contra o cronista se estendeu até 1980, sendo acompanhado pela imprensa e mobilizando apoiadores em instituições como a Associação Brasileira de Imprensa (ABI), Ordem dos Advogados (OAB), Sindicato dos Jornalistas, grupos da Igreja Católica e de estudantes.⁴ O caso chegou ao Supremo Tribunal Militar (STM) e ao Supremo Tribunal Federal (STF), que o absolveu (Yshida, 2015).

Foi também na segunda metade da década de 1970 que ficou mais evidente a aproximação de Lourenço Diaféria com a não-violência-ativa, uma alternativa de ação contrária à situação política do país e de luta em defesa dos direitos humanos. A participação na comunidade católica de São Paulo e a atenção às desigualdades sociais foram basilares para a introdução do cronista no movimento. Mesmo antes da prisão, seu nome constava nos levantamentos feitos pelos militares sobre o grupo para acompanhar atividades que consideravam potencialmente subversivas.

No dia 12 de junho de 1977, no *Caderno de Domingo da Folha de S. Paulo*, Diaféria assinou o artigo «Os Queixadas: A força dos não-violentos». Nele, divulgava o livro *A firmeza permanente: A força da não-violência*, do Secretariado Nacional Justiça e Não-Violência, lançado na Frente Nacional do Trabalho, com apresentação do cardeal D. Paulo Evaristo Arns. Os capítulos eram colaborações de religiosos, líderes sindicais e expoentes da luta pelos direitos dos(as) trabalhadores(as): D. Antonio Fragoso, João Breno Pinto, Mário Carvalho de Jesus, Alfredo Kunz, D. Helder Câmara, Lanza del Vasto, Domingos Barbé e Hubert Lepargneur. Admirados por Diaféria, os «queixadas»⁵ eram trabalhadores grevistas da Companhia Brasileira de Cimento Portland Perus de São Paulo, que utilizavam o método da não-violência-ativa para negociar e cuja alcunha intitulou o texto:

Era então dezembro. Faz quinze anos. A cidade vivia aquele sazonal ar de festa que enche as ruas e baratina as pessoas: ofertas de presentes, pacotes de fitas, apelos de consumo e

⁴ Cabe registrar que cada instituição teve uma trajetória própria que, não raro, foi do apoio nos anos iniciais da ditadura à posterior resistência. Sobre os posicionamentos, especialmente da ABI, conferir: Rollemberg, D. (2010). As trincheiras da memória. A associação Brasileira de Imprensa e a Ditadura (1964-1974). Em: Rollemberg, D. e Quadrato, S. (orgs.). *A construção social dos regimes autoritários: Brasil e América Latina*. vol.II. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro.

⁵ «“Queixada” era a designação dos trabalhadores da Perus (Companhia Brasileira de Cimento Portland Perus S/A) na greve contra o grupo Abdalla, que comandava a empresa» (Secretariado Justiça e Não-Violência, 1977b: 30); «“Queixada” foi a denominação que demos, entre os operários da Perus, ao método da não-violência, já em 1958, quando da primeira greve de 46 dias. Como se sabe, o porco-do-mato, queixada, quando se sente ameaçado, em perigo, junta-se em bando, bate o queixo (daí a denominação queixada) e enfrenta o caçador, que tem de bater em retirada ou subir numa árvore. “Queixada” é o símbolo da união, de firmeza-permanente, e nos foi sugerido por Nelson Coutinho, advogado e caçador» (Jesus, 1977: 94).

falsos papais-noéis com barrigas inventadas e barbas provisórias.

De repente, os homens chegaram. Me lembro da cena: bando de profetas urbanos, os «queixadas» acamparam em barracas, tomaram uma calçada do Largo São Francisco e iniciaram a greve de fome ali na cara de todo mundo, chicotada em quem estava entretido com compras e imaginava que tudo eram festas de fim-de-ano.

Os dias passavam e não havia como desviar o rosto. Macerados, olhos fundos, resistência de pedra, os operários estavam acompanhados de suas mulheres. Nenhum grito, nenhum discurso. Até onde me ocorre, foi esse o mais alto berro que ouvi até hoje contra a opressão de um patrão e seus protetores. Os homens sentados na calçada incomodavam tanto como uma esfera de aço no estômago. Era um treco entalado. (Diaféria, 1977: 55)

Se as crônicas de Diaféria anteriores à participação no Secretariado Nacional Justiça e Não-Violência já tinham como personagens recorrentes pessoas em situações de injustiça, não foi sem razão que ele se comoveu com os grevistas. O próprio contexto lhe era familiar, com demandas semelhantes às que, desde a infância, acompanhava no bairro do Brás.

Diaféria dedicou ao menos duas crônicas à Mário Carvalho de Jesus, advogado trabalhista que atuou no sindicato de Perus e era adepto do conceito de firmeza permanente (ou não-violência) – ele foi autor de dois capítulos do livro *A firmeza permanente: A força da não-violência*, que são «Vinte e dois anos de luta sin-

dical na Perus» e «Raízes da Não-Violência no Brasil, na faixa sindical. Dez distinções e dez testemunhos». Na crônica intitulada «Benção, Doutor», publicada em 14 de novembro de 1974, Diaféria fez «uma homenagem a um dos poucos heróis de carne e osso», pois fazer o nome de Mário de Jesus constar num jornal de grande circulação era uma forma de divulgar as ações e esforços do advogado. «Fosse nos velhos tempos, talvez usasse uma armadura. Mas não creio sinceramente que ele se sentisse à vontade em uma armadura», escreveu, remetendo à não-violência. A crônica também era um modo de dissociar silêncio de passividade, atitude da qual o grupo fazia questão de se distanciar.

No ano seguinte, em «O moço quer saber se isso é coisa séria», Diaféria criticou a *Folha de S. Paulo* pelo modo como selecionava os temas que teriam visibilidade, dando destaque para questões consideradas banais diante de demandas com maior impacto na vida da população. A crônica foi escrita como se fosse uma resposta a um futuro jornalista que questionava a veracidade e a importância dos temas destacados, determinadas pela quantidade de linhas. Por exemplo, as idas e vindas do casal de atores Elizabeth Taylor e Richard Burton renderiam mais de sete mil linhas, enquanto:

Desagravo público e oficial a um advogado brasileiro que há vinte e cinco anos vem lutando pelos direitos da pessoa humana, chamado Mário Carvalho de Jesus: Jornal A –

cento e seis linhas; Jornal B – quarenta e oito linhas; Jornal C – nenhuma linha.

Tombamento do prédio do Instituto de Educação Caetano de Campos: quinhentas e cinquenta e oito linhas.

Tombamento de uma folha de zinco na cabeça de Miguel de Tal, pardo, quarenta anos presumivelmente, durante o magnífico festival de chuva, anteontem, na favela da Barra Funda: três linhas. (Diaféria, 1975: 43)

O desagravo público citado na crônica foi feito pela OAB por conta dos constrangimentos sofridos por Mário de Jesus na defesa dos trabalhadores de Perus. Ele foi «detido quatro vezes e indiciado na Lei de Segurança Nacional», como informou a *Folha de S. Paulo* na edição de 24 de novembro de 1975. Além dessa nota, outras, também breves, foram impressas nos dias 20, 25 e 29 do mesmo mês.

Em seu texto sobre *A firmeza permanente*, Diaféria considerava que o livro tinha como mérito «deixar patente que ontem, como hoje, a situação do operariado não está para soltar fogos de artifício» e que, mesmo podendo ser vista como utópica, a publicação «parece querer ser o manual prático de como aplicar a letra e o espírito evangélicos numa ação ordenada e sistemática em favor do operário e do trabalhador em geral» e «capaz de desencadear atitudes e abrir rumos, disposto a incomodar e desinstalar os acomodados». No livro comentado pelo cronista eram apresentados os fundamentos teóricos e as propostas práticas do Secretariado Nacional Justiça e

Não-Violência, que uniam ensinamentos do Evangelho e demandas trabalhistas.

Naquela altura, tanto Lourenço Diaféria quanto os demais membros do grupo eram acompanhados pelos serviços de investigação do governo, como o Serviço Nacional de Informações (SNI) e o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS); o texto apresentando o livro também figurou nos relatórios desses órgãos (SNI, 1977).

O termo *firmeza permanente* era usado como sinônimo de não-violência-ativa. De acordo com Mario de Jesus, durante as ações pacíficas da Frente Nacional do Trabalho, foram visitados por Jean e Hildegard Goss, do Movimento Internacional de Reconciliação, que identificaram princípios da não-violência na greve de Perus. Mas o termo causava desconforto:

nós não entendíamos bem, porque «não-violência» nos parecia uma expressão pobre para uma atitude que exigia muita coragem. Foi então que Jean Goss acrescentou a palavra «ativa»: «não-violência-ativa». Atualmente, desde 1973, vimos usando a expressão «firmeza permanente» para identificar a não-violência. (Jesus, 1977: 92)

O uso da violência na busca pela justiça era criticado, mas havia um oponente maior: o capitalismo. A violência poderia até ser tolerada se seu oposto fosse a omissão – «se você não puder ser um “não-violento”, seja violento. O que você não pode é ser omissor» (Secretariado

Justiça e Não Violência, 1977b: 31) – ou a conciliação com sistemas de opressão, mesmo que fosse necessário agir contra a legalidade (Pinto, 1977: 35). Esses(as) adeptos(as) da não-violência-ativa aceitavam o diálogo com outras frentes que buscavam justiça, mesmo que diferissem em termos religiosos ou práticos. Não julgavam, portanto, que somente cristãos(ãs) fossem capazes de libertar os(as) oprimidos(as), mas visavam contribuir para a construção de uma sociedade fraterna e livre, com a possibilidade de articulação entre todos(as) que lutassem pela dignidade humana. Para eles, dois praticantes exemplares eram o indiano Gandhi e o estadunidense Martin Luther King (Jesus, 1977: 106).

É também importante destacar que se tratava de um movimento com alcance internacional e inserção especial no espaço latino-americano. A forte presença da Igreja Católica no continente e seu papel de articuladora social serviam tanto para fins reacionários quanto revolucionários. O tema era de interesse de Diaféria, que no Encontro do Secretariado de 1978 chegou a coordenar o debate sobre a não-violência na América Latina (SNI, 1978: 59). Um dos nomes importantes nesta perspectiva era o argentino Adolfo Pérez Esquivel, reconhecido ativista pelos direitos humanos, defensor da não-violência e ganhador do Nobel da Paz em 1980. Em 18 de outubro daquele ano, a *Folha de S. Paulo* publicou a crônica de Diaféria sobre Esquivel, intitulada «A loucura da paz». O cronista comentou que o assunto

dos direitos humanos era já muito abordado, mesmo com fins comerciais, limitando-se, por vezes, ao sentimento de piedade, mas pouco se fazia de efetivo para preservá-los; serviriam até como «pretexto para matar», o que era condenável na visão que compartilhavam:

A primeira vez que ouvi falar dele [Adolfo Pérez Esquivel] foi numa reunião do Secretariado Nacional de Justiça e Não Violência, que se realizava num prédio na avenida Ipiranga, aqui em São Paulo. Nessa época, há alguns anos, Esquivel já estava sendo marcado e perseguido de variadas formas, pois havia optado pela loucura lúcida de engajar-se numa ação que, sob todos os aspectos, é marginal e como tal deve ser discriminada nos tempos modernos. Ele é um homem da não violência. Aparentemente, um utópico – desses que não acreditam que o ódio e as armas movem o mundo. Ou seja, um verdadeiro lutador pela paz. (Diaféria, 1980: 21)

Esquivel era um dos casos exemplares de que não ser violento(a) não significava ser passivo(a). Quem partilhava dessa perspectiva buscava comover, apelar aos valores morais e à consciência dos indivíduos. Tais valores eram humanitários, políticos e estavam atrelados ao apego à verdade em todas as esferas da vida, à modéstia, ao cuidado com o meio ambiente, à dignidade no acesso ao alimento, à moradia, ao trabalho justo. Na mesma crônica publicada na *Folha*, Diaféria apresentou o movimento:

O Movimento Justiça e Não Violência é das poucas coisas sérias que ainda servem como para-raios para conter a ânsia de destruição do homem. Opõe-se, com firmeza permanente, às soluções armadas, às soluções de tortura, às soluções de perseguição, às soluções de terror, massacre e retaliação. Parece um sonho, que terminaria quando se põe os pés na realidade destes tempos de guerras e disputas. (Diaféria, 1980: 21)

O Secretariado Justiça e Não-Violência promovia formações e articulações nacionais e internacionais, tendo como objetivo a construção de uma sociedade comunitária (Secretariado Justiça e Não Violência, 1977a: 9).⁶ Logo, não era inesperado que o SNI acompanhasse seus informativos, pois era visto pelo órgão governamental como mais uma «aplicação da doutrina marxista pela Igreja Católica» (SNI, 1977: 11).

Diaféria nutria especial admiração por D. Paulo Evaristo Arns, agente importante da oposição ao governo. Em *A caminhada da esperança* (1996), publicado em comemoração dos 250 anos da Arquidiocese de São Paulo e 50 anos da ordenação sacerdotal de Arns, o escritor apresentou o cardeal como um homem que vivenciava e transformava seu entorno a partir daqueles valores:

Sempre que dom Paulo Evaristo foi procurado para interferir numa situação de violência contra qualquer desses direitos [direitos humanos], ele ergueu sua voz e não recuou. Mais de uma vez os apelos dos violados em seus direitos o acordaram na madrugada, e ele foi pessoalmente oferecer sua ajuda e o testemunho de sua coragem a quem dele precisou. Pacificamente, mas com firmeza, lutou e continua a lutar contra a violência, onde quer que ela se instale. (Diaféria, 1996: 179-181)

É possível acompanhar a proximidade entre o cronista e o grupo em três momentos exemplares: o primeiro, em 1977, quando sofreu a acusação de infringir a Lei de Segurança Nacional, e D. Paulo Evaristo Arns, arcebispo de São Paulo, tornou-se um de seus principais defensores diante da opinião pública, expondo que, dias antes, haviam se encontrado na sede do jornal *O São Paulo*, da Arquidiocese de São Paulo. Num segundo momento, quando o mesmo periódico, no qual Diaféria fez colaborações, publicou em editorial que

Lourenço, o nosso bom companheiro, cronista da simplicidade e do bem querer, dos sonhos muito sentidos de um povo em busca da felicidade, Lourenço não pode ser uma questão de segurança nacional. Ele, por projeto de

⁶ A partir das ações coletivas, os três meios elencados para a efetivação da não-violência-ativa eram: o contato, feito sempre no diálogo; a não-cooperação, condenando quaisquer atos de cumplicidade ou covardia; e a desobediência civil, principal parte da ação, que «consiste em desobedecer às leis escritas e impostas por homens que escravizam outros homens» (Secretariado Justiça e Não Violência, 1977b: 28). Com ações pacíficas e previamente articuladas, a ação não-violenta precisaria ter explícitas a ideologia e a motivação política, além de ser organizada, treinada e avaliada.

vida, se opõe ao «Animus injuriandi». Resta o equívoco. (Folha de S. Paulo, 17/09/1977: 6)

Ainda em 1977, uma de suas crônicas, *Tiratis Tirantis Mutatis Matandis*, foi vetada para publicação no mesmo *O São Paulo*, mas foi distribuída pela Irmã Maria Stela, religiosa da Cúria Metropolitana de São Paulo (DOPS, 1981). E, num terceiro momento, no ano de 1979, quando Diaféria figurou como parte do Conselho Consultivo do Secretariado Nacional Justiça e Não-Violência (SNI, 1979).

A participação no Secretariado e a literatura estavam relacionadas na medida em que respondiam às inquietações do autor. Em seus textos, ele abordou com frequência temas como moradia, alimentação, remuneração, saúde, educação, mas também demandas intangíveis, como conhecimento, cultura, opinião:

Prestando atenção nos episódios do cotidiano, acabei por descobrir que os direitos humanos começam e acabam não nas cadeias e patíbulos, e sim nas fábricas, nos escritórios, nas agências de notícias, nas repartições públicas, [...] e nas esquinas de nossa rua. Pois direito humano é prerrogativa de não se ser subjugado por pensar diferente, falar diferente, querer diferente, e por insistir em permanecer diferente, apesar das pressões. (Diaféria, 1980: 21)

A escolha pela informalidade na escrita, valendo-se do diálogo, comum na crônica, e a construção de situações cotidianas, com centralidade nas pessoas que sofrem injustiças, teriam potencial de comover e gerar identificação com o(a) leitor(a); se não no sentido socioeconômico, ao menos no sentido humano. Desse modo, os textos podem ser entendidos como uma «literatura empenhada», na qual o escritor se colocava como crítico e denunciante das desigualdades sociais (Candido, 1988: 183-184). Mesmo nas produções de Diaféria voltadas para iniciação à leitura, como *O imitador de gato* (2003), da série *Para gostar de ler*, essa abordagem estava presente.

Em alguns desses textos, o tom de indignação prevalecia, como nas crônicas reunidas na coletânea *A morte sem colete* (1983), que tematizaram a violência urbana.⁷ Uma delas era uma carta à viúva do médico que faleceu ao tentar salvar um operário em um acidente no dia 26 de agosto de 1981, na Refinaria Henrique Lage, em São Paulo:

Pretendia ficar em silêncio e fazer de conta que sou, como muitos, um homem solidário apenas na indiferença. De fato, pretendi ficar em silêncio. Acontece que o mundo está cheio de silêncios cúmplices e muitas vezes, por silenciar, acabamos dando a impressão de que somos mudos e surdos, e isso não é bom. [...]

⁷ Lourenço Diaféria já não publicava periodicamente na *Folha de S. Paulo* quando a coletânea *A morte sem colete* foi impressa. Ele escrevia no *Jornal da Tarde* e em publicações para trabalhadores(as), como indicou na apresentação do livro.

Senhora, não pense que somos daqueles que entendem que o heroísmo está em morrer. Não, Senhora, é engano. O heroísmo está em esquecer-se de si mesmo, apesar da morte. Aceite, Senhora, estas palavras de um amigo desconhecido. É a única coisa que posso oferecer para que o silêncio se transforme como no apito abafado do navio que, de noite, nas trevas, avisa que além do rumor escuro singra a vida. (Diaféria, 1983: 30-31)

Após a acusação sofrida por Diaféria em 1977, tornava-se mais evidente a preocupação com as injustiças e a presença da não-violência-ativa nas crônicas que escrevia. Ela estava no seu entendimento sobre valorização da vida, não-indiferença e como meio para transformação social.

Com espaço em um dos maiores jornais diários do país e tendo a escrita como forma de não-conformismo, Diaféria garantiu visibilidade às ações e aos valores do movimento. Partindo da perspectiva de que «a literatura desenvolve em nós a quota de humanidade na medida em que nos torna mais compreensivos e abertos para a natureza, a sociedade, o semelhante» (Candido, 1988: 182), podemos considerar que o cronista articulava na narrativa os princípios que seguia e era capaz de sensibilizar leitores(as) por meio do caráter humanizador da literatura. Aliava-se a isso a acessibilidade da crônica jornalística, como Diaféria abordou na 2.^a Bienal Nestlé de Literatura Brasileira, em 1984:

Conheço crianças e jovens, conheço alguns adultos, que começaram a ficar atraídos pela literatura lendo pequenas crônicas de homens e mulheres simples. Lendo histórias comuns. Histórias de fatos comuns. Chegaram à literatura — aos romances, contos — e hoje se interessam por manifestos e ensaios literários, a partir de uma experiência vaga e indefinida de leitura de histórias que não lhes tomavam muito tempo. Mas mexiam com eles. Começaram lendo crônicas. Descobriram, essas pessoas, uma pequena explosão de emoção numa história banal. Não a explosão de um cometa. A luz de um meteorito, que eles recolheram como uma estrela cadente. A crônica é um espaço emocional. Um sorriso. Um riso. Uma gargalhada. Um golpe de humor, que deixa um traço. Um cutucão crítico. Um alerta. Um abraço de solidariedade. Um aviso: alô! Somos todos humanos, rapazes. (Diaféria, 1986: 21-22)

Esse processo é facilitado pelo fato de a crônica ser, predominantemente, uma «arte de agregação», pois inspira-se na experiência coletiva e se baseia no «sistema simbólico vigente» (Candido, 2010: 33). Evidencia essa característica o suporte que presume circulação, a linguagem coloquial e a extensão de uma coluna de jornal, passível de leitura no trecho de uma viagem de ônibus com «três ou quatro pontos de parada» (Diaféria, 1986: 21). Para isso, a publicação contínua é de notória relevância. Como afirmou Jorge de Sá (1987: 47): «a liberdade [...] não se aprende em uma só crônica, sendo necessário que o cronista continue prestando atenção ao banal para fazer com que seus leitores alcancem o que está

além da banalidade». Nas suas «tragicomédias do cotidiano» (Sá, 1987: 43), Diaféria tratava da condição humana e parecia buscar o potencial de transformação social da literatura.

Logo, a consideração de que a crônica é uma literatura de fácil acesso era positivada por Diaféria, satisfazendo a necessidade de ficção e de reflexão sobre a realidade, contribuindo em seu papel humanizador. E se a literatura é um modo de organizar o mundo comunicando algo, é possível perceber o movimento do qual o cronista participava em suas escolhas de notícias a comentar, na construção de seus textos, alocando referências e elaborando significados.

Como afirmou Antonio Candido (1988: 172), «quem acredita nos direitos humanos procura transformar a possibilidade teórica em realidade, empenhando-se em fazer coincidir uma com a outra». Assim, Lourenço Diaféria articulava duas propostas que se aproximavam: de um lado, a literatura engajada, atenta ao cotidiano de pessoas comuns; de outro, um movimento que lutava por justiça e melhores condições de vida.

Bibliografia

Arquivo Nacional (1977). *Processo GAB n.º 100.679*, BR.AN.RIO.TT.O.MCP.PRO.976. Arquivo Nacional. Brasil;

Candido, A. (2010). *Literatura e sociedade*. (11.ª ed.). Ouro sobre Azul. Rio de Janeiro;

Candido, A. (2011[1988]). O direito à literatura. Em: Candido, A. *Vários escritos*. (5.ª ed.). Ouro sobre Azul. Rio de Janeiro;

Capelato, M. H. R. e Mota, C. G. (1981). *História da Folha de S. Paulo (1921-1981)*. (1.ª ed.). Impres. São Paulo;

Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) (1981, 12 de março). *Lourenço Carlos Diaféria*, 52-Z-0-28547. Arquivo do Estado de São Paulo – Divisão de Informações. São Paulo;

Diaféria, L. (1974a, 25 de abril). Desculpe o que fizemos, garoto. *Folha de S. Paulo*, p. 41;

Diaféria, L. (1974b, 14 de novembro). Benção, Doutor. *Folha de S. Paulo*, p. 41;

Diaféria, L. (1975, 27 de novembro). O moço quer saber se isso é coisa séria. *Folha de S. Paulo*, p. 43;

Diaféria, L. (1976, 31 de janeiro). O incrível campeão Zé da Bóia. *Folha de S. Paulo*, p. 25;

Diaféria, L. (1977, 12 de junho). Os Queixadas: A força dos não violentos. *Folha de S. Paulo*, p. 55;

Diaféria, L. (1980, 18 de outubro). A loucura da paz. *Folha de S. Paulo*, p. 21;

Diaféria, L. (1983). Carta a uma mulher. Em: Diaféria, L. *A morte sem colete*. (2.ª ed.). Editora Moderna Ltda. São Paulo;

Diaféria, L. (1986). A crônica: Algumas considerações em cima do cotidiano. Em: Filho, D. P. (org.). *Literatura Brasileira: crônica, teatro e crítica*. 2.ª Bienal Nestlé de Literatura Brasileira. Norte Editora Ltda. São Paulo. Vol. 1;

Diaféria, L. (1990). *O invisível cavalo voador*. (1.ª ed.). FTD S.A. São Paulo;

Diaféria, L. (1996). *A caminhada da esperança*. (1.ª ed.). Edições Loyola. São Paulo;

Diaféria, L. (2003). *O imitador de gato*. (2.ª ed.). Editora Ática. São Paulo;

Dimas, A. (1974). Ambiguidade da crônica: Literatura ou jornalismo? *Revista Littera*, **12**: 46-51;

Jesus, M. C. de (1977). Raízes da não-violência no Brasil na faixa sindical: Dez distinções e dez testemunhos. Em: Frágoso, A., Barbé, D., Câmara, H. e Jesus, M. C. de (orgs.). *A força da*

não-violência. A firmeza permanente. (1.^a ed.). Editora Loyola-Vega. São Paulo;

Motta, R. P. S. (2000). *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. Tese de Doutorado em História Econômica. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. 315pp.;

Sá, J. de. (1987). *A crônica.* (3.^a ed.). Editora Ática. São Paulo;

Pinto, J. B. (1977). Depoimento: A descoberta da não-violência na greve de Perus. Em: Fragoso, A., Barbé, D., Câmara, H. e Jesus, M. C. de (orgs.). *A força da não-violência. A firmeza permanente.* (1.^a ed.). Editora Loyola-Vega. São Paulo;

Rollemberg, D. (2010). As trincheiras da memória. A associação Brasileira de Imprensa e a Ditadura (1964-1974). Em: Rollemberg, D. e Quadrat, S. (orgs.). *A construção social dos regimes autoritários: Brasil e América Latina*. vol. II. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro;

Secretariado Justiça e Não-Violência (1977a). Fraternal esclarecimento. Em: Fragoso, A., Barbé, D., Câmara, H. e Jesus, M. C. de (orgs.). *A força da não-violência. A firmeza permanente.* (1.^a ed.). Editora Loyola-Vega. São Paulo;

Secretariado Justiça e Não-Violência (1977b). O que é a não-violência. Em: Fragoso, A., Barbé, D., Câmara, H. e Jesus, M. C. de (orgs.). *A força da*

não-violência. A firmeza permanente. (1.^a ed.). Editora Loyola-Vega. São Paulo;

Serviço Nacional de Informações (SNI) (1977). *Secretariado Nacional Justiça e Não Violência – Informativo n.º 07 de 25 de julho de 1977*, DFANBSB V8.MIC, GNC.RRR.83007091. Arquivo Nacional. Brasil;

Serviço Nacional de Informações (SNI) (1978). *Encontro do Secretariado da Não Violência*, DFANBSB V8.MIC, GNC.EEE.80005370. Arquivo Nacional. Brasil;

Serviço Nacional de Informações (SNI) (1979). *Secretariado Nacional Justiça e Não Violência*, BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.79001231. Arquivo Nacional. Brasil;

Silva, W. T. da, Baptista, P. A. N. (2020). A revolução nas origens da esquerda católica brasileira e a Teologia da Libertação. *Revista Sociedade e Cultura*, **23**: 1-37;

Yshida, K. (2015). *O falso cômico e o circo urbano: Lourenço Diaféria e o processo desencadeado pela crônica jornalística «Herói.Morto. Nós.» (1977-1980)*. Dissertação de Mestrado em História. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis. 284 pp.;

Zwetsch, R. (2014). A luta contra a ditadura civil-militar a partir da prática da não-violência. *Interações: Cultura e Comunidade*, **9**: 7-28.